

PANDEMIA

VLADIMIR SAFATLE
JEANNE MARIE GAGNEBIN
EDSON TELES
TATIANA ROQUE
LAYMERT GARCIA DOS SANTOS
CARLA RODRIGUES
PETER PÁL PELBART
DÉBORAH DANOWSKI
EMANUELE COCCIA
IGOR MENDES
GISELLE BEIGUELMAN
JONNEFER BARBOSA
LARISSA DRIGO AGOSTINHO
JORDI CARMONA HURTADO

M-1
edições

Quando o presente político parece bloqueado,
é preciso ter a coragem de atravessá-lo.
Com cólera e alegria, xs autorxs aqui reunidxs
soltam suas rajadas teóricas, políticas,
ecológicas ou filosóficas contra os consensos
vigentes e a paralisia do pensamento. Num estilo
cortante ou incendiário, todxs têm o mesmo
objetivo: sondar as reviravoltas em curso,
bem como as insurgências por vir.

SÉRIE PANDEMIA

Esta caixa reúne **12 cordéis** publicados em
2018, todos eles com capas estampadas
manualmente através dos mais variados
processos. Cada cordel é como um bacilo de
pensamento, pronto para contaminar o entorno
e abrir no mundo uma fresta singular.

n-1edicoes.org

ISBN 9788566943733



n-1edicoes.org

REBASE

novembro_2018

Jordi Carmona Hurtado

O QUE É UMA COMUNA

SÉRIE PANDEMIA

N-1
edições

O livro como imagem do mundo é de toda maneira uma ideia insípida. Na verdade não basta dizer Viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir. Nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvir. É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre $n-1$ (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída, escrever a $n-1$.

Gilles Deleuze e Félix Guattari

O que é uma comuna? Não é apenas um objeto empírico, que poderia ser descrito mediante a análise de certas instituições, momentos históricos, atores sociais, práticas políticas etc. Também não coincide exatamente com um sujeito histórico, plebeu, proletário ou democrático. A comuna é principalmente um ser transcendental, um meio vital, e não um "objeto" nem um sujeito, um meio qualitativamente determinado (como podem ser o ar, a água, o calor, o frio, o amor, o ódio, o tédio...), um ambiente que nos envolve em ocasiões, uma atmosfera que nos banha, uma totalidade do ar. A comuna aparece quando o ar da vida em sociedade se torna político, esse ar que passa entre as pessoas quando estão juntas. A qualidade que recebe esse ar não é determinada; mas certamente, desde esse momento, o ar que circula entre as pessoas - entre homens, mulheres, crianças, idosos, estudantes, donas de casas, enfermeiros, desempregadas, trabalhadores - adquire uma determinada qualidade. O ar se torna transcendental, e de súbito estamos em outro mundo, em outra experiência sensível real que faz nascer ao mesmo tempo uma nova

possibilidade de vida coletiva. A comuna significa uma nova realidade que faz nascer um novo possível: eis seu caráter de ato. Esse ato abre a perspectiva revolucionária; pois a perspectiva reacionária é a que faz derivar o real do possível, como nesse discurso monótono de que “a política é a arte do possível” que domina a situação quando não há comuna. Como dizíamos durante o 15-M,¹ com um lema que deslocava um outro, de 1968: “Sejamos realistas, façamos o impossível”.

Deleuze escreveu uma vez que toda metafísica é política ou faz política. Isso vale até certo limite, e apenas até certo limite. Mas, na verdade, Deleuze foi bastante longe na descrição dessa qualidade do ar que circula quando há comuna, ao falar de seu caro plano de imanência, de seu tão prezado campo transcendental da consciência. A grande ideia de Deleuze, com certeza fruto de um desejo muito antigo e secreto, foi pensar o transcendental kantiano por fora da relação sujeito-objeto:

1. O “15-M” foi o movimento espanhol de ocupação de praças que começou no dia 15 de maio de 2011 com a ocupação da Puerta del Sol de Madri.

subtrair o esqueleto para ficar apenas com a carne, que nesse momento se dissolve em uma dança de partículas no ar que respiramos, dando-lhe uma qualidade. O transcendental kantiano sem o esqueleto sujeito-objeto é o campo transcendental da consciência sem ego, o plano da imanência. Ou é o ar, o éter propriamente humano, a atmosfera política da vida humana.

Quando a imanência não é imanência a algo ou em relação a algo (imanente a um sujeito, imanente à consciência de um sujeito e, portanto, imanente ao campo da objetividade etc.), mas é imanente *em si*, então há comuna. A consciência já não reside nos indivíduos, mas circula *entre* os indivíduos; a subjetividade não é encarnada nem representada ou enunciada por algum sujeito em particular, mas habita o espaço entre os seres humanos (*Zwischenraum*, em Hannah Arendt), e começa a se formar um tipo de consciência que já não pertence mais a ninguém em particular. É um certo tipo de ato de subjetivação, mas cuja condição é a perda das identidades sociais adquiridas, que coincide, para cada

6 indivíduo, com um ato de desidentificação, como Rancière percebeu perfeitamente. A questão é não ter mais a consciência dentro de si, na sua própria cabeça, mas colocá-la *entre* a gente. Isso não quer dizer que a ação política, ou seja, a ação que faz comuna, seja completamente inconsciente. Com certeza acontece algo semelhante, como se o inconsciente fosse impelido a trabalhar, como se o desejo começasse a se conectar com realidades: não tanto a se libertar ou a se realizar, mas a se pôr à prova, a se pôr em risco, a se experimentar. Mas a consciência nunca desaparece quando há comuna, ao contrário, ela aparece com uma força extraordinária. Porém, não é mais a consciência de ninguém em particular. Como Deleuze escreveu com grande profundidade, a consciência se torna "coextensiva a todo o plano de imanência, mas subtraída a qualquer revelação".²

2. Deleuze, G. "L'immanence: une vie..." In: *Deux régimes de fous*. Paris: Minuit, 2003, p. 360. [Ed. bras.: "A imanência, uma vida..." In *Dois regimes de loucos*, trad. de Guilherme Ivo. São Paulo: Ed. 34, 2016.]

A consciência está em meio, está entre, é a qualidade do ar da comuna. Mas, desde o momento em que já não é mais consciência de alguém em particular, mas de muitos e de ninguém em particular, uma consciência *da* comuna, então ela já não consegue mais ser revelada. Lembremos mais uma vez de um importante exemplo de comuna livre, as praças ocupadas. Na Puerta del Sol de Madri, as semanas de ocupação consistiram basicamente, entre outras mil coisas, em uma discussão interminável sobre quem éramos, o que queríamos, por que estávamos aí, a que nos opúnhamos, o que queríamos favorecer, quais eram nossos princípios etc. E então, evidentemente, se produzem revelações no processo, todo tipo de acontecimentos; começam a surgir alguns princípios gerais (inclusividade, escuta ativa, não violência etc.). Mas não há nenhuma revelação final: quando um programa de mínimos foi estabelecido, não interessava mais ninguém. Pois o interessante não é o fim, mas o meio. E o problema não é chegar a algum fim, a algum objetivo (com todas as variantes que conviviam no 15-M, desde a sociedade sem classes, onde

o governo é substituído por assembleias populares, até o "uma pessoa, um voto"). Também não se tratava de estender a comuna, ainda que ela de fato tenha se estendido rapidamente e desde logo. Mas isso se dava de maneira espontânea, não forçada: não com operações de conquista de novos territórios nos quais fincamos nossa bandeira, mas mediante proliferações quase vegetais, nas quais vão crescendo novas plantas ao redor do primeiro broto pelo puro prazer de cultivar comunas. O problema não é o fim, mas o meio; fazer vivível o meio da comuna. O problema é aprofundar no possível da comuna, no que ela tem de semente, de germe: plantar a semente cada vez mais profundamente na terra.

Há comuna quando a consciência social se torna coextensiva a todos os sujeitos e, ao mesmo tempo, não é passível de revelação. Quem somos ou que tipo de mundo queremos são perguntas que é preciso colocar, que é vital colocar muito seriamente e com determinação. Mas a comuna não é um espaço de discussão, no qual teríamos de chegar a algumas conclusões: a comuna é o espaço que cria a possibilidade desse espaço.

Por isso, o que importa não é tanto espaço de discussão quanto o que o torna possível: a comuna como um todo cujas fronteiras não estão bem definidas e, ainda mais, a comuna como o ar que circula não apenas nas assembleias, mas em todos os espaços que são habitados politicamente, que são subtraídos à soberania.

Há, portanto, revelações, há manifestações, há florescimentos da comuna, mas não há grande revelação final. Os jornalistas são os únicos interessados na grande revelação final, interessados de um modo ou outro segundo a tendência para a qual trabalham, e não apenas eles, mas também nós com nossas impaciências e nossa preguiça, para assim acabar com o assunto de uma vez por todas, mesmo que não trabalhem oficialmente para nenhuma tendência. Como a consciência não está encarnada, nem representada, mas é coextensiva, não pode haver partido da comuna, nem Estado da comuna. Como poderia instituir-se um ar, como poderia fundar-se uma atmosfera? Perguntas interessantes, sem dúvida... Mas esse tipo de pergunta deixa de ser interessante se

advém apenas dos lamentos de uma alma bela anarquista encerrada infelizmente num corpo neoliberal. São perguntas, mais uma vez, que podem ser interessantes e se tornam extremamente interessantes quando são realmente colocadas, séria, politicamente, em um processo de ações. Nesse momento se transformam em perguntas de artista, de criador, de poeta, perguntas de ser humano. Mas apenas podem ser colocadas no espaço-tempo da comuna, em seu mundo próprio; e não no Estado, nem num partido que aspira a governar o Estado ou que de fato o governa.

Se não há revelação é também porque a comuna é um espaço político que apenas pode existir sem soberania: nem sequer pode se arrogar a suposta soberania popular encarnada ou representada por alguém que não interprete de um modo completamente incongruente esse papel. Em política, o soberano é o sujeito. Por isso, aqueles que pensaram nossas "democracias" não foram os teóricos liberais, mais ocupados em criar espaço para os negócios, seja qual for a estrutura política, mas intelectuais com Hobbes e, ainda mais, já sem nenhum matiz liberal, Carl Schmitt.

Schmitt é o inimigo número um da comuna, ainda que evidentemente existam muitos outros, mas ele concentra tudo que é anticomuna. O que também tem a vantagem, como Benjamin soube perceber, de não poucas chaves da política da comuna poderem nos ser indicadas se lermos Schmitt ao contrário: como o mesmo Benjamin fez com seu "verdadeiro estado de exceção" das *Teses sobre o conceito de história*. Aliás, a forma como nossos Estados se apropriam da palavra "democracia" remete a uma usurpação demagógica. A única democracia possível, se levamos a sério essa palavra, é a da comuna. E o único ato realmente democrático é o de fazer comuna.

Deleuze, numa das suas cenas de pensamento mais conhecidas, ao analisar o cinema de Jean-Marie Straub e Danièle Huillet, mais concretamente algumas panorâmicas de paisagens em que a história está sepultada, dizia que algo na imagem afunda na terra, nas profundezas do não revelado e, ao mesmo tempo, se manifesta na palavra, no que ele chamava de um ato de palavra. Um dos exemplos, justamente, é *Toute*

révolution est un coup de dés (1977): o poema de Mallarmé é recitado por uma série de pessoas que se revezam, sentadas no monte em que repousam os restos dos assassinados da Comuna de Paris. Acontece algo semelhante com a consciência, com a soberania, quando há comuna: a soberania afunda em direção ao não revelado e não revelável, e ao mesmo tempo banha a atmosfera, se manifesta em palavras. A soberania devém fecunda apenas quando afunda nos abismos do não revelado, como uma semente que precisa ser ocultada na terra para dar seus frutos. E esses frutos, essas palavras não dizem em que consiste finalmente a soberania da comuna, mas são formas de essa soberania se manifestar, de construir seu próprio processo de afirmação. Há manifestações, há revelações, mas não há grande revelação final capaz de fundar um novo partido ou de reformar ou fundar um novo Estado.

Quando uma política deixa de ser imanente a algo (quando não é mais a política espanhola, ou a política europeia, ou a política socialista, ou a política feminista...), e devém imanente em si mesma, o que ela é? Se se-

guirmos Deleuze, poderíamos dizer: então não é mais do que *uma política*, ou seja, uma vida humana em plural. Uma política qualquer, praticada por seres humanos quaisquer, mais singulares quanto menos identificáveis; como as crianças quando ainda são muito pequenas, segundo o exemplo de Deleuze. Sobre a comuna, a experiência da comuna e do fazer comuna, temos apenas exemplos. E só a partir desses exemplos de *uma política* podemos sonhar com o que seria a política, a comuna, que, no entanto, não é revelável. Temos apenas fragmentos de realidade que fazem existir algo possível que não conhecemos de antemão, num tempo estratificado, que conecta de diferentes maneiras momentos históricos diferentes, em cada novo exemplo de comuna. Em cada nova irrupção da comuna acontece um devir, esse devir de desidentificação e de subjetivação, e se cria um tempo que é o tempo próprio à comuna, não um tempo de sucessão, mas de coexistência entre os diferentes planos temporais, os fragmentos históricos da comuna.

Ainda de acordo com Deleuze, esses exemplos históricos de comuna se referem a uma forma de habitar o espaço que não se pareceria

com os grandes impérios, mas com as tribos nômades, que povoam o deserto sem contá-lo, permitindo que continue sendo deserto. Também podemos pensar na maneira de ocupar o espaço dos *cowboys* e de seus companheiros de aventura nos filmes de faroeste: trata-se de acampar, de ocupar, enquanto sonhamos com a vida de amor tranquila no rancho. E aqui o importante não seria tanto o caráter efêmero, que pode ser enganoso, quanto a lógica da ocupação, que transforma o caráter e os usos de um espaço, ainda que haja também uma rotina e uma esquematização da ocupação, feita pelos profissionais da matéria. Mas apenas é possível ocupar pela primeira vez, e toda ocupação deve ser a primeira. Também os faroestes mostram, com as cenas noturnas de devaneio ao redor do fogo, como é possível para a vida solitária do *cowboy* acolher a experiência de estar no rancho com a amada. Ora, é um erro pensar que o Estado é o permanente, e que a comuna é o efêmero e o transitório. Resulta banal insistir que algo é transitório porque, de certo modo, tudo o é. E a questão é que não sabemos até que ponto a exceção pode virar

permanente, realmente não temos a menor ideia: o que não significa que isso não deva ser perguntado até o final e com toda a seriedade, sempre politicamente, num processo de ações. E está bem assim: não conhecemos os limites da comuna, o que é muito coerente com o ser mesmo da comuna, com a política que não é imanente a algo, mas imanente em si. O Uno na política não poder ser revelado; eis a condição para que existam políticas, quer dizer, revelações. Deleuze enunciou perfeitamente a tarefa: "*Dar consistência sem perder nada do infinito*".³

Mas, enfim, o que é a comuna, o que é o plano de imanência político? Pelo que parece, Deleuze chegou a caracterizá-lo apenas de um modo negativo, com as ideias de devir, de algo que simplesmente não é ser, que é só movimento, variação pura. Essa caracterização é interessante, está muito perto do que Rilke pensou com o nome *aberto*, mas é excessiva-

3. Deleuze, G.; Guattari, F. *Qu'est-ce que la philosophie?*, Paris: Minuit, 2005, p. 45. [Ed. bras.: *O que é a filosofia?*, trad. de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 2000.]

mente metafísico: eis os limites de Deleuze para pensar esses assuntos. Podemos dizer, para além de Deleuze, que o ser da comuna é feito de ações, é um ser de ação. Quando a soberania afunda no não revelado, o que se revela é a ação, a capacidade de ação das pessoas, que normalmente é reprimida, castrada e parasitada pela soberania visível.

Agora podemos dar uma definição mais ajustada. A comuna é, com efeito, a política imanente, o plano de imanência político. Mas quando a política devém imanente *em si* - e deixa de ser tanto transcendente, como algo separado da vida comum que acontece sempre em outro lugar, quanto imanente a *algo* (tal conflito social determinado, tal luta pelo reconhecimento de tal identidade etc.) -, então ela devém ação. E não adota a forma de uma organização determinada para realizar certo tipo de ação, como tomar o poder. A comuna, enquanto espaço da imanência política, não precisa tomar o poder, porque ela já é "potência, beatitude completas";⁴ e à imanência, como sempre insistiu Deleuze, não falta

4. Gilles Deleuze, "L'immanence: une vie...", op. cit.

nada. A potência e a alegria política são em si na comuna, e apenas podem aumentar ou diminuir. Não passamos aqui do nada ao todo (do poder), mas sempre há *algo*: já estamos na potência, que apenas pode aumentar e diminuir, dentro de um horizonte de ações absoluto e não relativo, o que quer dizer que não há limites determináveis de antemão à ação da comuna. Mas, quando a imanência política se orienta para uma ação determinada, deixa de ser imanente em si, e começa a ser imanente a outra coisa, a essa ação determinada.

O paradoxo consiste em que, ainda que a comuna não se oriente para nenhuma ação determinada, tudo nela é ação. A pura corrente de consciência assubjetiva de que fala Deleuze é na verdade feita de ações, é uma corrente de ações. Por isso o vento da comuna não impele a nenhuma ação determinada, mas, ao mesmo tempo, eleva tudo ao caráter de ação. A comuna é a atmosfera da imanência política e define o campo transcendental da ação, tudo nela se torna determinável como ação. E a ação já não é mais ordenada segundo mando e obediência, meio e fins,

cálculos e estratégias, amigos e inimigos, distribuída numa linha de tempo etc. Tudo o que vive na comuna é ação, mas a comuna liberta a ação de qualquer subordinação a fins e estratégias. A ação é a matéria-prima da imanência política. Eis o nome da imanência política: uma ação... Não apenas o ato de palavra do qual fala Deleuze, mas todo tipo de ato. Qualquer gesto humano devém significativo na comuna, "fala". Fazer faxina, curar, cozinhar, dormir, ler, acariciar um corpo, resistir à polícia ou não fazer nada, quando são banhados no ar da comuna, tornam-se ações humanas que significam algo: gestos que não têm apenas um caráter empírico, mas se tornam transcendentais. A palavra dita, o discurso pronunciado na assembleia, ao contrário, devém nesse momento um gesto como os outros, com sua própria significação em relação ao conjunto da experiência da comuna. Eis o grande feito da comuna: fazer com que a vida humana, a vida sob condição de pluralidade, se torne transcendental – pois apenas quando não há transcendência política a vida de uma pessoa devém transcendental. A condição é abolir a separação entre as ações que

significam algo e as que não significam nada, por exemplo: pensar que falar tem algum significado, mas se calar não tem. Quando a soberania desaparece da aparência e mergulha no mais profundo da terra (onde jazem os espíritos dos mártires da comuna), tudo na aparência devém ação e fica aberto à ação humana.

Se a imanência em si já é uma ação, uma ação qualquer e múltiplas ações humanas comuns que já nascem com significação política, também o é em outro sentido. A única grande revelação da imanência política, que não é final, mas *inicial*, é que a política é pura relação entre os seres humanos, puro jogo do espaço intermediário. Daí que toda a gramática da política e todo o seu alfabeto derivam da ação e de suas leis imanentes. E que, apesar das aparências que criam os Estados e os comitês de vigilância ética, uma ação não pode ser julgada pelo direito, nem ordenada por nenhum código moral. A comuna não pretende julgar ou ordenar a ação, mas libertá-la, libertá-la das instâncias que a capturam, que a desnaturalizam, que a distribuem, que a hierarqui-

zam etc. A pura corrente de consciência assubjetiva coincide com a pura "autoconsciência" (autorrevelação) da ação, com a descoberta de que na política tudo é ação, de que todos os gestos humanos têm um significado político. Nessas condições, uma ação só pode ser respondida por outra ação, orientada por outra ação, limitada por outra ação. Eis o ponto exato em que a política deixa de ser "representada", como num teatro de corte, e começa a ser "vivida": o ponto em que a democracia se torna "real". A política não tem nada a ver com o direito nem com a moral, mas com a potência mesma da vida humana, que existe apenas no plural. Confiar em nós mesmos, no que fazemos, confiar no que sentimos e pensamos, partilhá-lo com os outros - tudo isso é o mesmo que confiar na comuna, na política real, a política praticada por seres humanos reais, e é o contrário de confiar no Estado, nas instituições, que são seres de ficção. Quando os plebeus se apropriam da política patricia, reconectam-na com aquilo que ela nunca deveria ter deixado de ser: a esfera que surge da relação entre seres humanos reais com uma vida real, simplesmente.

A política deixa de ser uma instância de ficção que oprime a vida humana para se tornar o meio, a atmosfera, a poesia alegre ou dolorosa da vida plural.

Por isso a experiência da comuna tem em sua base algo bem mais afirmativo do que a denúncia, a revolta ou qualquer tipo de ação reativa, de reação. O aspecto revolucionário da comuna consiste nessa afirmatividade, nessa plenitude móvel em que a consciência não deixa de se deslocar de um lugar ao outro, banhando tudo. Imediatamente, a atmosfera da comuna se reconhece pela surpresa e pela alegria do estar juntos. A instauração do plano de imanência político é o começo de qualquer comuna. Com certeza isso pode adotar muitas formas, pode até ser feito a partir de uma ação aparentemente reativa, por exemplo, respondendo a uma ordem com uma ação, como fizeram em 1871: mas respondendo de uma maneira inesperada, sem obediência, como apenas um ser humano pode responder a outro ser humano, estabelecendo assim uma relação entre homens e não entre seres sociais ou imaginários. Seja qual for o

meio em que isso se realiza, o essencial é sempre criar essa atmosfera da comuna, com palavras que agem e gestos que falam. É a partir dessa potência e dessa beatitude que o conflito pode ser colocado, e não ao contrário. O conflito é secundário em política, não primário: o primário é criar o plano de imanência do estar juntos, e o conflito é a consequência de algo que é o contrário do conflitante.

Muitas das exaltações ao conflito produzidas por pensadores supostamente radicais e revolucionários perdem de vista esse fato essencial. Para intervir num conflito, e não apenas sofrê-lo, é preciso que estejamos nós mesmos na origem do conflito. Mas o que está na origem do conflito é algo que é o contrário absoluto de qualquer vontade de criar um conflito, de dividir as pessoas: não é mais do que a surpresa e a alegria do estar juntos habitando um espaço que é regido apenas pelas relações humanas, que tem sido subtraído ao governo neoliberal das sociedades. Esse conflito, conseqüentemente, adota a forma de uma luta contra as instâncias que governam a sociedade neoliberal. E essas instâncias, sem

a menor dúvida, vão usar todos seus enormes meios de persuasão e de força para dissolver ou esmagar a comuna, a atmosfera da imanência política e sua transcendentalidade. Eis um fato que deve ser assumido pela comuna: os seres de ficção não vão contribuir em nada para a política dos seres humanos reais (nem "o Estado" nem "os mercados"), pois a existência da política fictícia depende da inexistência da real.

A comuna é simplesmente certa plenitude encontrada na vida plural, que por puro excesso de potência deseja incluir todo mundo nesse tipo de vida. Por isso quer incluir qualquer um, mesmo o papa, os bispos, o rei, os grandes proprietários e seus herdeiros, o ministro, o policial, o ser que ocupe a posição mais miserável na ordem social. Mas deseja incluí-los justamente como seres humanos reais, seres iguais a qualquer outro ser humano real. A comuna quer desfazer as instituições e estabelecer relações políticas reais, e para isso está pronta para incluir até Donald Trump se for preciso. Ainda que, evidentemente, existam resistências muito humanas à inclusão de seres como Trump, é preciso aceitá-las, e

é preciso contar com elas e trabalhá-las, deixar que se expressem como qualquer outra ação e, ao mesmo tempo, que sejam limitadas por outras ações. Aliás, existem formas de incluir que não são tão bem educadas, como os "escrachos", por exemplo, em que um ser fictício (tal empresário, tal político, tal juiz...) é assinalado com seu nome próprio, e sua moradia marcada de diferentes maneiras para que todos os vizinhos conheçam suas vilanias. É que as relações humanas não precisam ser tão bem comportadas como são em nossas sociedades neoliberais, e existem manifestações da violência que são humanamente muito compreensíveis e razoáveis.

Certamente, se a comuna consegue continuar incluindo dessa forma e mantendo a iniciativa nos conflitos, ela criará paulatinamente suas próprias "instituições", mas é preciso lembrar que não há revelação final da comuna, que ela nunca poderá transformar-se num Estado: que apenas há comuna, há comunas, nunca há "A Comuna" ou o "Estado Comunista". Uma comuna apenas pode proliferar no espaço e se conectar

com outros momentos históricos de comuna, mas nunca mudar de natureza no tempo. Mesmo que isso fosse possível, não valeria a pena imaginá-lo, e é indispensável não imaginá-lo para concentrar toda a atenção nos processos presentes, onde a ação inteira está em jogo. É preciso pensar aqui no tempo das árvores, das plantas e da natureza, mais do que na flecha do tempo histórico: e a questão não é a lentidão ou rapidez, pois a comuna pode crescer a uma velocidade tão vertiginosa quanto a do pensamento. Com certeza, o fazer comuna aponta para algo, para um mundo possível. Mas esse mundo deve permanecer possível, puramente possível, cada vez mais possível. Porque nós queremos viver no mundo real, habitado por seres humanos reais, e, para isso, o possível deve permanecer banhando nossas existências cada vez mais reais, como um éter, e não projetado no futuro ou no passado. O possível, quer dizer, a ação.

Mas também não se deve formar a imagem de que nessas condições a vida seria uma constante hiperativismo político, como uma espécie de

militância incessante e frenética. A comuna não tem nada a ver com a militância, nem é criada por militantes, que não são mais do que outros seres de ficção, e também não quer estabelecer relações entre militantes, mas relações entre pessoas reais, que têm suas próprias vidas e ritmos. A comuna nem sequer quer estabelecer relações com ninguém, simplesmente o faz, desde o princípio até o final, sempre pela metade, graças à pura fonte imanente da ação. Com certeza, existe o risco de se tornar um militante, mas ao menos a comuna não revela de qual causa. É o problema do tempo, da temporalidade, dos ritmos de cada vida, do que cada vida considera que pode oferecer à comuna, quando não vivemos na comuna, ou quando a comuna não tem presença suficiente para fazer viver completamente. Também existe o perigo do isolamento, de criar novamente um ser de ficção separado do resto. Eis como podemos definir a tentação da militância: a consciência deixa de ser coextensiva à sociedade para virar a propriedade de uma parte, da parte militante, e a outra se transforma num bode expiatório do que não funciona, ou

diretamente um inimigo. Essa possibilidade é tão problemática porque a política se torna, então, demasiado consciente, perde a inconsciência, que nela é tão importante quanto a consciência, tanto na comuna quanto na vida de ser humano, de qualquer um de nós.

É impossível imaginar como se vive numa comuna, pois é uma experiência completamente real, a experiência mais real da vida coletiva: é o "movimento real", como dizia Marx, o contrário da utopia. Mas persiste o problema não apenas "militante", mas "militar", a militarização do partido que Lênin praticou depois da derrota da Comuna de Paris. O problema é que todo partido é militar, e a experiência da comuna é o contrário do mundo militar: é a experiência de um mundo sem violência. E aqui não se trata apenas da violência física, mas também da violência bem mais grave, aquela que se exerce sobre a alma até aniquilá-la, quando é treinada para conseguir certos resultados especializados que geram um benefício para alguém. Ora, o mundo militar é o mundo da violência, onde toda a violência de que são capazes os seres humanos se concen-

tra numa instituição. A questão aqui, como em qualquer outro conflito, é que a violência seja criada pela própria comuna, e criada especialmente num sentido transcendental: que se crie uma compreensão da violência desde a imanência política, do que é violento e do que não é.

A comuna não se toma por assalto, mas se cria por encontro, e mediante a transgressão das fronteiras que nos separam. Isso às vezes pode ser violento, mas é importante que essa violência nunca seja "organizada" nem planejada por nenhum pseudoexército, mas que seja espontânea, que possamos compreendê-la, mesmo que não concordemos com ela. Ora, a comuna não é formada por soldados, tampouco por generais, mas por seres humanos iguais e diferentes entre si, plurais. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a comuna é frágil, essencialmente frágil, ainda que possa chegar a desenvolver uma infinita presença e potência. Mas, como também escreveu Benjamin, é preciso lembrar que sua fonte não é mais do que uma "frágil força messiânica", da qual, porém, somos capazes de algum modo.

Jordi Carmona Hurtado nasceu na Espanha em 1979. É doutor em filosofia pela Université Paris 8 e pela Universidad Autónoma de Madrid. É autor do livro *Paciencia de la acción: Ensayo sobre la política de asambleas* (Akal, 2018), sobre Arendt, Rancière e os movimentos de ocupação de praças. Desde 2014, é professor na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba. Também é “jovem pesquisador” no Departamento de Filosofia de Paris 8.